

Divulga Publica

Solução para os estados já esta acertada

10 OUT 1995

GAZETA MERCANTIL

9611ND 01

Alagoas e Mato Grosso, os primeiros beneficiados

por Eliane Cantanhêde
de Brasília

O governo federal estuda três soluções consideradas criativas para as dívidas dos estados: um tratamento emergencial para as Antecipações de Receitas Orçamentárias (ARO), com seis meses de carência e dois anos para pagamento; a inclusão das dívidas das empresas estatais na base de cálculo para o limite de pagamento de 11% das dívidas contratuais; além da securitização que já vem sendo feita das Contas de Resultado a Compensar (CRC) das empresas do sistema elétrico.

Esse modelo deverá ser implantado, inicialmente, para os dois estados que apresentam um quadro de endividamento mais dramá-



Guilherme Palmeira

tico: Mato Grosso e Alagoas, que, além de pesadas dívidas contratuais, têm praticamente toda a sua receita comprometida com o pagamento da folha de pessoal.

Depois, o modelo e suas vertentes poderão ser adaptados para os outros sete estados com alto índice de endividamento e pouca capacidade de pagamento, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além da solução de emergência para as ARO, os governadores vão poder comemorar a inclusão, no bolo global de renegociação, das dívidas com aval dos tesouros estaduais, especialmente as das empresas estatais.

Isso significa que as negociações do governo federal com os governadores chegou pelo menos a um ponto de consenso: a Lei 8.727 não deverá ser formalmente mexida, atendendo a uma exigência de Brasília, mas os pagamentos serão reduzidos na prática, como queriam os governadores, já que a base de cálculo para os 11% vai passar a considerar também as dívidas das estatais.

No caso de Mato Grosso, por exemplo, o governo está consumindo 11% das receitas líquidas com o pa-

gamento de suas dívidas contratuais e mais 12% para a amortização das dívidas de suas empresas estatais. Para Alagoas, a estimativa atual é de mais 13%.

Segundo o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), o presidente Fernando Henrique Cardoso lhe disse, na última quinta-feira, por telefone, que o governo federal poderá anunciar, ainda nesta semana, apesar do feriado, uma solução para Alagoas e Mato Grosso.

"O Malan está resolvendo", revelou Palmeira a este jornal, desconhecendo que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, está em Washington para a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI).

(Continua na página A-7)

Solução para os...

por Eliane Cantanhêde
de Brasília

(Continuação da página A-1)
e só deverá retornar a Brasília no domingo.

As negociações, de qualquer forma, foram iniciadas com o subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Fuad Noman Filho, e já renderam pelo menos uma boa notícia para Mato Grosso: o governo federal autorizou a securitização das CRC da CEMAT (a companhia de eletricidade do estado) no valor de R\$ 45 milhões.

Os outros R\$ 45 milhões necessários ao pagamento de atrasados e recuperação da capacidade de investimento poderão ser obtidos a partir de sistemas de parcerias com a iniciativa privada — compromisso assumido com o governo pelo governador Dante de Oliveira, que, aliás, estará hoje em Brasília.

Alagoas e Mato Grosso têm a prioridade do governo federal por uma questão simples: ambos não conseguem, sequer, arcar com sua folha

de pagamento mensal. Mas, no contexto global das dívidas estaduais, são considerados "um grão de areia no oceano", como exagera o senador Teotônio Vilela Filho. Alagoas, por exemplo, só entra com 0,8% do total das dívidas estaduais.

O estado vem de sucessivos processos políticos e administrativos equivocados e tenta até hoje os maiores "marajás" do serviço público. Há salários de até R\$ 45 mil mensais para funcionários do Legislativo local. Em Mato Grosso, a receita de ICMS está, inclusive, bloqueada na Justiça para o pagamento prioritário da folha de salários.

Ambos os estados têm apresentado propostas de "reengenharia", como contrapartida à negociação com o governo federal. Em Mato Grosso, por exemplo, o governador Dante já anunciou a abertura do capital do banco estadual, o Bemat, aos funcionários e à iniciativa privada. Seus programas de parceria atingem também as principais empresas estatais.

GAZETA MERCANTIL